



Chikage Oogi e Renan Calheiros trocam presentes e falam sobre as boas relações entre o Japão e o Brasil

## Renan recebe presidente do Legislativo japonês

Uma comitiva da Câmara dos Conselheiros do Japão (equivalente ao Senado brasileiro) visitou ontem o Congresso. O presidente

do Senado, Renan Calheiros, e a presidente da Câmara, Chikage Oogi, destacaram as boas relações entre os dois países. **Página 2**

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.442 – Brasília, quarta-feira, 23 de agosto de 2006

## Relatores começam a trabalhar na apuração de denúncias da CPI

Demostenes Torres, Jefferson Péres e Sibá Machado, escolhidos para relatar processos relativos a Serys Slhessarenko, Ney Suassuna e Magno Malta, devem anunciar hoje seus planos de trabalho

O presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza, observou ontem que caberá aos relatores definir as medidas complementares que tomarão para se convencer da culpa ou da



João Alberto Souza (E), ao lado de Sibá Machado e do corregedor Romeu Tuma, diz que tem procurado acelerar processos

inocência de cada um dos senadores acusados. O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a abertura de processos contra os três senadores ainda depende de decisão da Mesa do Senado. **Página 3**

### Comissão discute projeto que regula trabalho de médico

A Comissão de Assuntos Sociais volta a debater hoje o projeto de lei que regulamenta o ato médico e o exercício da profissão de medicina. A reunião poderá ser acompanhada nas assembléias legislativas dos 26 estados e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. **Página 8**

### Orçamento deve chegar ao Congresso até o fim do mês

Proposta do Orçamento da União deve chegar ao Congresso até o dia 31, como prevê a Constituição. Mas falta acordo para ainda votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). **Página 6**

### Papel de JK gera debate no Plenário

Há 30 anos, em 22 de agosto de 1976, o ex-presidente Juscelino Kubitschek morria em acidente na Via Dutra. Uma comparação entre JK e o presidente Lula,

feita pelo senador Roberto Saturnino, provocou polêmica. Participaram da discussão Heráclito Fortes, Paulo Octávio e Flexa Ribeiro. **Página 4**

Presidentes da Câmara dos Conselheiros do Japão e do Senado brasileiro, durante encontro realizado ontem, destacaram compromisso dos dois países com a proteção do meio ambiente

## Renan e Chikage Oogi enaltecem boas relações entre Brasil e Japão

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem em seu gabinete visita da comitiva da Câmara dos Conselheiros do Japão (Casa do Parlamento daquele país equivalente ao Senado brasileiro). Renan e a presidente da Câmara, Chikage Oogi, enalteceram as boas relações entre os dois países, principalmente no tocante à proteção ao meio ambiente.

Chikage Oogi destacou a importância da experiência brasileira na produção de álcool como instrumento para o cumprimento das metas do Protocolo de Kyoto. Ela registrou que, em sua última visita ao Brasil, há 26 anos, impressionou-se com o potencial brasileiro em fontes de combustível alternativas aos derivados de petróleo. Renan afirmou ainda que o novo Programa de Biodiesel é mais uma iniciativa brasilei-



Em visita ao Senado Federal, Chikage Oogi presenteia Renan Calheiros

ra com o mesmo objetivo.

Os presidentes dos parlamentos dos dois países lembraram a dimensão da comunidade de japoneses e descendentes residentes no Brasil e de brasileiros no Japão.

– Há mais de 1 milhão e 400 mil

descendentes japoneses no Brasil e cerca de 300 mil brasileiros no Japão. Apesar da distância geográfica, Brasil e Japão mantêm relações próximas. Longe dos olhos, mas perto do coração – ressaltou Renan Calheiros.

## Senadores prestam homenagem a Moacyr Dalla

Durante a sessão plenária de ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores Marcos Guerra (PSDB-ES) e Magno Malta (PL-ES) prestaram homenagem ao ex-senador Moacyr Dalla, falecido no Espírito Santo, aos 79 anos, no último domingo. Renan lembrou que Moacyr Dalla presidiu o Congresso Nacional em duas sessões que, a seu ver, representaram a redemocratização do Brasil: a votação da proposta de emenda à Constituição que instituiu as eleições diretas para a Presidência da

República, em 1984; e a eleição de Tancredo Neves, em 1985.

O presidente do Senado enalteceu a imparcialidade de Dalla na condução da votação da PEC.

– Mesmo sendo então do PDS, o partido governista, Moacyr Dalla comportou-se com a isenção de magistrado – assinalou.

Marcos Guerra destacou a participação ativa de Dalla na vida do país, sua dignidade e conduta ética em prol do bem público, assim como sua bondade e simplicidade. O parlamentar salientou a carreira política de Moacyr Dalla,

que exerceu três mandatos como deputado estadual, entre 1962 a 1974; foi deputado federal de 1975 a 1979; secretário estadual de Serviços Públicos Especiais e de Obras Públicas; e senador, entre 1979 e 1987.

Em aparte ao discurso de Marcos Guerra, Magno Malta destacou que Moacyr Dalla, como secretário de Estado, foi o responsável pela liberação de verbas para a construção da terceira ponte em Vitória, que trouxe benefícios econômicos à cidade histórica de Vila Velha.

## Alvaro Dias lamenta desencanto do povo brasileiro com a política

Alvaro Dias (PSDB-PR) comentou ontem matérias publicadas pelo jornal espanhol *El País* e pela *Gazeta do Povo*, de Curitiba, em sua versão *on line*, retratando o desencanto do povo brasileiro com a política. Enquanto o *El País* teria afirmado que o medo venceu a esperança entre os brasileiros, a *Gazeta do Povo* teria constatado que a maioria das 50 pessoas entrevistadas não tem vontade de acompanhar a propaganda eleitoral gratuita.

– Há uma tempestade de indignação varrendo o Brasil. Só há lugar para revolta, diante de tantos escândalos – assinalou.

Ao lembrar a acusação de que este seria o Congresso mais



Roosevelt Pinheiro

“Só há lugar para revolta, diante de tantos escândalos”, afirma Alvaro Dias

enlameado da história brasileira, Alvaro observou que os episódios de corrupção tiveram sua origem no Executivo. Conforme acrescentou, uma relação de promiscuidade teria sido estabelecida com o Legislativo, originando “o mensalão e os sanguessugas”.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário realiza sessão às 14h

O Plenário do Senado realiza sessão não-deliberativa a partir das 14h, destinada à leitura do expediente e a discursos dos senadores. Entre os inscritos para discursar está a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Os trabalhos são transmitidos ao vivo pela Rádio e pela TV Senado, além da cobertura em tempo real da Agência Senado.

### Comissão de Assuntos Sociais discute ato médico

A Comissão de Assuntos Sociais reúne-se às 9h30, no Auditório do Interlegis, para debater o projeto que define o ato médico (PLS 25/02). Foram convidados o presidente da Associação Médica Brasileira, José Luiz do Amaral; o representante no Brasil da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde, Horácio Toro Ocampo; e a presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, Marília Barbosa.

### Conselho inicia processos

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado se reúne hoje, às 10h, para dar início aos processos contra os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT).

### Diploma Bertha Lutz

Entidades governamentais e não-governamentais podem enviar ao Senado indicações para o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, que o Plenário da Casa oferece anualmente aos que se destacam na luta pelo direito das mulheres.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papatéo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Romeu Tuma e Sérgio Guerra

## Justiça inocenta João Alberto de denúncia jornalística

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) comunicou ao Plenário que a juíza Gabriela Jardon Guimarães, do Distrito Federal, inocentou-o de denúncia publicada pelo jornal *Correio Braziliense* em junho de 2002.

O jornal atribuiu ao senador, na matéria intitulada “Klinger, um nome que liga dois escândalos”, responsabilidade pelo desvio de dinheiro para campanhas eleitorais do PT, juntamente com Klinger Luiz de Oliveira – à época secretário de Serviços Municipais da prefeitura de Santo André (SP) – de quem seria tio.

– Nada pôde ser comprovado contra minha pessoa pelos inquéritos conduzidos pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, seja em relação a dinheiro desviado, seja no que se refere ao meu parentesco com o senhor Klinger, que, aliás, nem conheço – afirmou. A juíza considerou que houve dano moral contra o senador e condenou seus autores ao pagamento de R\$ 30 mil a João Alberto Souza.

– Apesar da justiça da sentença, continuo revoltado, pois considero que o malfeito pela difamação é irreparável. Como água jogada em solo arenoso, o maldizer penetra, infiltra-se e seu caminho se torna irrefreável, inestancável – disse. João Alberto ponderou que, nesses quatro anos, as pessoas que tomaram conhecimento da notícia “formularam juízo desairoso” sobre sua pessoa e não tiveram, “ou talvez nem tenham”, oportunidade de rever seu julgamento. Ele também lamentou o fato de a notícia ter sido utilizada por adversários políticos no Maranhão para atacá-lo.

– A calúnia é solerte, virulenta, brutal e impenitente. Alegria-me a decisão da Justiça, mas considero a reparação parcial, pois a calúnia, por sua natureza, denigre pessoas e subverte a própria história. Essa questão ultrapassa valores monetários. A honra não tem preço – opinou o senador. Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto diz que trata acusações contra senadores com muito cuidado, pois já sentiu na pele o quanto uma notícia de denúncia pode afetar uma pessoa. Em aparte, ele recebeu a solidariedade de Magno Malta (PL-ES).

## Carlos Sampaio: não foram apresentadas provas contra Antero

O sub-relator de Sistematização da CPI dos Sanguessugas, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), disse que as denúncias do sócio-proprietário da Planam, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, contra o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) não estão ligadas a nenhuma prova ou indício encaminhados pelo empresário à comissão. Vedoin declarou em entrevista à revista *Veja* que Antero recebeu R\$ 40 mil do seu pai e sócio, Darcy Vedoin, pela apresentação de emendas para compra fraudulenta de ambulâncias.

– Não podemos agir com base em denúncia com viés político-eleitoral. Se ele tiver algum elemento que incrimine o senador, deve enviar à CPI – disse.

O sub-relator também se manifestou acerca do encaminhamento do relatório da CPI no Conselho de Ética do Senado. Para Sampaio, ao contrário do que entendem o presidente do conselho, João Alberto Souza (PMDB-MA), e o vice, senador Demostenes Torres (PFL-GO), não há necessidade de se ouvir Vedoin novamente.

## Supremo revelará nomes denunciados por procuradoria

Os nomes de 27 parlamentares denunciados pela Procuradoria Geral da República por envolvimento com o esquema de fraudes em compras de ambulâncias serão repassados hoje à CPI dos Sanguessugas. A garantia foi dada ontem pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que se reuniu com integrantes da comissão.

Segundo informou o presidente da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), Gilmar Mendes esclareceu que o sigilo nesse caso é relativo apenas às provas, e não aos nomes dos parlamentares.

Biscaia disse que só após a divulgação dos 27 nomes será possível saber se os parlamentares já estão sendo investigados. “Se houver novos nomes, a CPI vai analisar a situação”, afirmou. Ele explicou que ainda não se pode prever se serão abertos eventuais processos contra parlamentares antes das eleições de outubro.

Da reunião participaram também o vice-presidente da CPI, Raul Jungmann (PPS-PE), e o sub-relator Fernando Gabeira (PV-RJ).



João Alberto (E), ao lado de Tuma, conversa com Sibá (D), um dos relatores dos processos

## Relatores do Conselho de Ética definem hoje o plano de trabalho

Demostenes Torres (PFL-GO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Sibá Machado (PT-AC) foram escolhidos pelo presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto Souza (PMDB-MA), para relatar os processos disciplinares por quebra de decoro parlamentar contra os senadores Serys Slhessarenko (PT-MT), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Magno Malta (PL-ES), respectivamente.

João Alberto pediu que os relatores anunciem os respectivos planos de trabalho hoje, às 10h, na primeira reunião do Conselho de Ética convocada para discutir as denúncias de envolvimento dos três senadores na chamada máfia das ambulâncias, esquema de fraudes na utilização irregular de recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados.

Serys, Malta e Suassuna tiveram seus nomes incluídos no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por haver indícios contra eles.

### Denúncias

O presidente do Conselho de Ética esclareceu que já leu as denúncias que pesam contra os três senadores, mas observou que caberá aos relatores decidir que tipo de medidas complementares tomarão para se convencer da culpa ou da inocência de cada um.

– Eles farão um parecer pela aceitação ou pelo arquivamento da denúncia, que será ainda votado no Conselho de Ética e, em seguida, encaminhado à Mesa

do Senado para votação, caso seja pela abertura de processo de perda de mandato. O Plenário tem ainda o poder de aceitar ou rejeitar o parecer ou mesmo de alterá-lo para definir uma outra pena – explicou João Alberto.

O importante, segundo João Alberto, é que o Conselho de Ética apure qual o real envolvimento dos senadores citados no relatório da CPI dos Sanguessugas com a máfia das ambulâncias.

– Suassuna afirma jamais ter conversado com qualquer membro da quadrilha, mas um funcionário dele teve envolvimento e é preciso apurar se houve participação do senador. Já contra Serys pesa a questão do genro acusado de ter recebido propina da quadrilha. Temos que saber como isso aconteceu e qual a participação da senadora nessa história. No caso de Magno Malta, a quadrilha afirmou que pagou a primeira parcela com um carro como comissão pelas emendas, mas o veículo foi devolvido. É preciso saber o que há de concreto na utilização desse carro – adiantou João Alberto.

João Alberto informou que vem fazendo de tudo para dar encaminhamento rápido aos processos. O senador lembrou que, em menos de uma semana, após receber da Mesa do Senado os documentos relativos à matéria, já indicou os relatores e marcou a primeira reunião do Conselho de Ética para hoje. Portanto, observou, “não existe qualquer tipo de procrastinação nas investigações”.

## Processos contra senadores vão antes passar pela Mesa

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a eventual abertura de processos contra três senadores acusados de participar da máfia das ambulâncias ainda depende de decisão da Mesa do Senado. Renan informou que enviou ao Conselho de Ética apenas o relatório parcial que lhe fora entregue pelo presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), e não uma representação contra os parlamentares, na forma da Resolução 20/93 (o regimento daquele colegiado).

Na segunda-feira, o presidente do conselho, senador João Alberto (PMDB-MA), havia informado que designaria relatores para investigar que participação teriam tido no escândalo os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Magno Malta (PL-ES) e Serys Slhessarenko (PT-MT). A partir da designação formal e legal dos relatores, os processos seriam iniciados, ficando os parlamentares impossibilitados de renunciar e passíveis de perder os direitos políticos por oito anos, em caso de cassação.

– O conselho está tomando as diligências, como ouvir depoimentos que a Mesa não teria como tomar. O que o conselho apurar servirá de base para uma decisão da Mesa – esclareceu o presidente do Senado. Isso quer dizer que, se a Mesa decidir pela representação, o Conselho de Ética terá de designar novamente relatores para a condução dos três processos, que, concluídos e examinados pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, serão enviados novamente à Mesa para inclusão na ordem do dia do Plenário. João Alberto havia dito que pretendia encerrar os processos até o final de setembro, a tempo, portanto, de evitar que um senador inocente pudesse ser prejudicado em sua candidatura. Para isso, nomeou como relatores Demostenes Torres (PFL-GO), Sibá Machado (PT-AC) e Jefferson Péres (PDT-AM).

Renan observou que os processos já poderiam estar abertos se um partido político tivesse representado contra os parlamentares, pois esse é o encaminhamento mais rápido de uma denúncia contra senador.

– Não estamos num regime de exceção. Os partidos sabiam que tinham de representar – disse.

Senador adverte que se o Brasil não se tornar mais justo com os seus cidadãos irá, no futuro, se defrontar com situação de ingovernabilidade

## Saturnino: distribuição de renda deve ser prioridade do governo

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) sustentou ontem, da tribuna, que a grande prioridade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ser a distribuição de renda, com os programas Bolsa Família e Agricultura Familiar e com aumentos reais do salário mínimo. Para ele, o objetivo do governo não deve ser apenas o crescimento da economia.

– Se crescermos 4% ao ano, e não 6%, acho que estará atendido o mínimo, desde que se dê continuidade aos programas de distribuição de renda. Crescimento sim, mas não vamos priorizá-lo. Vamos priorizar a distribuição – recomendou.

Saturnino argumentou que, se o Brasil não se tornar mais justo com seus cidadãos, no futuro irá

se defrontar com ingovernabilidade, “aquela instabilidade que caracteriza tanto os países da América do Sul”. Ele advertiu que a Bolívia, a Venezuela e até o México se defrontam com instabilidade advinda das suas desigualdades sociais.

O senador leu trechos de entrevista do cantor e compositor Chico Buarque de Holanda ao jornal *Folha de S. Paulo*, onde afirma que os escândalos políticos abalaram o governo, o PT e quem votou no presidente Lula, mas as oposições estariam errando “a mão” em suas críticas à atual administração.

– A crítica que se faz ao PT erra a mão. Não só quanto ao PT, mas principalmente em relação ao Lula. Quando a oposição diz que se trata do governo mais corrupto

da história do Brasil é preciso dizer: espera aí. Eu era menino e ouvia as críticas que se faziam ao presidente Getúlio Vargas, que era o homem mais corrupto da história do Brasil. O mais corrupto foi o de Getúlio Vargas. Depois, talvez, o de Juscelino Kubitschek – disse Saturnino.

Pouco depois, o senador afirmou que Getúlio tornou-se reconhecido como o maior estadista do Brasil e JK “é quase tão grande quanto ele”, observando que, “à época, eram os mais corruptos”. Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) insistiu em apontar corrupção no governo Lula e, ao comparar o atual presidente com Juscelino, afirmou que este “pelo menos fez algo pelo Brasil” e que no governo Lula só “houve obras virtuais, promessas e caixa dois”.

## Heráclito considera uma injustiça comparar administração JK à atual

Em resposta ao pronunciamento de Roberto Saturnino (PT-RJ), Heráclito Fortes protestou contra o que considerou “jogar na vala comum o grande brasileiro e democrata” Juscelino Kubitschek. Heráclito disse ser uma injustiça fazer comparações entre o governo JK, período de grandes obras e realizações, e o atual, que em sua avaliação não tem obras a comemorar.

– Não sei em que Juscelino se parece com Lula. Era um democrata, conversava com os parlamentares, receberia da manhã à noite. Não vejo nada de pior gosto – frisou Heráclito. O senador afirmou que Lula tem “vocaçãõ íntima de ditador” e o acusou de

cercear a imprensa e controlar as produções teatrais.

Em aparte, Paulo Octávio (PFL-DF) fez protesto veemente contra o discurso de Saturnino e disse que este teria “denegrado” a imagem do ex-presidente. Também apartando, Saturnino defendeu-se, observando que Getúlio e Juscelino eram reconhecidos como “grandes homens” e que a opinião pública teria compreendido o sentido de suas palavras.

Heráclito Fortes criticou, em outro discurso, o Partido dos Trabalhadores por ter colocado uma linha de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à disposição da Volkswagen. A



“Não sei em que Juscelino se parece com Lula”, reage Heráclito Fortes

empresa, segundo ele, agora ameaça demitir 3 mil funcionários da fábrica do ABC Paulista, que pode ser fechada.

A seu ver, o governo do PT está fazendo com a Volkswagen algo parecido com o que fez com o governo da Bolívia, que teria recebido um “crédito de confiança” e retribuído com o “chicote”.

## Paulo Octávio exalta conquistas obtidas pelo país na era Juscelino

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) homenageou ontem, em discurso, a memória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, pelos 30 anos de sua morte, ocorrida em acidente automobilístico na Via Dutra, em 22 de agosto de 1976. O parlamentar leu em Plenário trechos de matérias sobre a trajetória política de JK publicadas em edição especial da revista *Fatos & Fotos Gente* que circulou na época.

– Juscelino Kubitschek, prossegue o editorial desta edição histórica, não precisou de poderes especiais para mandar e criar. Simplesmente, como um autêntico democrata, sonhou e concretizou o que ninguém esperava dele. E, pela primeira vez, com JK, o nosso povo passou a acreditar na imagem de um Brasil, país do futuro – disse Paulo Octávio, citando a revista.

Lembrando o *slogan* Cinquenta Anos em Cinco, utilizado por JK, o senador considerou a construção de Brasília como um dos desafios políticos e estratégicos mais impressionantes da história



Paulo Octávio: Brasília é uma das obras mais impressionantes do mundo moderno

moderna. De acordo com Paulo Octávio, Juscelino, com sua decisão de transferir a capital para o Planalto Central, produziu uma das mais profundas transformações realizadas na história política brasileira, viabilizando a integração nacional.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE), ao manifestar seu apoio ao discurso do representante do Distrito Federal, observou que todo o processo de desenvolvimento do país a partir da década de 60 poderia ser considerado como fruto da construção de Brasília.

## Rádio Senado lembra infância pobre e atuação na Presidência

A Rádio Senado FM (91,7MHz) apresenta hoje, às 8h20, o especial *O Brasil nos Tempos de JK*, para marcar a passagem dos 30 anos da morte do ex-presidente da República (1956-1961). Juscelino morreu em 22 de agosto de 1976 e foi sepultado em Brasília no dia seguinte. O programa será reapresentado às 22h20.

A história de Juscelino é contada por meio de sessões de homenagens que lhe foram prestadas pelo Senado nos últimos 30 anos. O especial aborda desde a infância pobre do ex-presidente, nascido na cidade de Diamantina (MG), até os principais momentos por ele vividos na Presidência.

Os anos JK foram marcados

pelo Plano de Metas, com destaque para empreendimentos nos setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. E ainda pela construção de Brasília.

O governo de Juscelino Kubitschek também registra a criação do Grupo Executivo da Indústria Automotilística (Geia), do Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval (Geicon) e do Conselho Nacional de Energia Nuclear (Cnen). Entre outras obras de infra-estrutura que tornaram possível a industrialização do país e foram realizadas na gestão de Juscelino, encontram-se as usinas hidrelétricas de Furnas e Três Marias, em Minas Gerais.



Flexa Ribeiro repele comparações entre Juscelino e o presidente atual

## Flexa Ribeiro afirma que Lula se apropria de obras de antecessores

Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a exemplo de Heráclito Fortes (PFL-PI), rebateu as críticas feitas ontem por Roberto Saturnino (PT-RJ) ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. Na opinião do senador pelo Pará, o governo JK experimentou um clima de plena democracia, conseguiu combater duas tentativas revolucionárias e

conviver com adversários, além de ter transformado o país.

O parlamentar rechaçou suposta tentativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de comparar seu governo ao de outros presidentes, como Juscelino. Lamentou o fato de a iniciativa partir de uma administração “que nada fez e nada faz para vencer uma

situação de inoperância”.

– Ele [Lula] deve se considerar um Messias que veio resolver os problemas do país – comentou.

As críticas de Flexa Ribeiro incluíram acusação ao governo Lula de ter-se apropriado de obras de administrações passadas, rebatizá-las e apresentá-las como suas na propaganda eleito-

ral gratuita. O senador disse que, no Pará, não há obra iniciada e concluída pelo atual governo.

– O Brasil deveria ter uma legislação que punisse os candidatos que fizessem promessas à população e não as cumprissem e também que se apoderassem de obras não iniciadas em seu governo – enfatizou.



Roosevelt Pinheiro

Antonio Carlos diz que corrupção levou do país R\$ 10,8 bilhões em quatro anos

## ACM acusa Lula de fazer campanha eleitoral com dinheiro público

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por fazer campanha eleitoral sem pagar as despesas de transporte e hospedagem para si e sua equipe. Qualificando Lula de “sabidinho”, Antonio Carlos acusou o presidente de se valer do artifício de marcar via-

gens administrativas para fazer campanha política com recursos públicos.

– Lula, o sabidinho. Aquele que marca viagens políticas e administrativas para não pagar transporte, combustível e hotel para si e para a sua *entourage*. É assim que está vivendo o Brasil.

Antonio Carlos, citando a ma-

téria “Banco Mundial vai negar dinheiro a país corrupto”, publicada no jornal *O Globo*, apontou ainda o aumento da corrupção no país durante a administração petista.

– A corrupção já levou do país, em quatro anos, mais de 10 bilhões e 800 milhões de reais. Isso é o que foi pego. Aqui não

estão se contando os abusos, como agora mesmo aconteceu no metrô da Bahia, com 150% de superfaturamento. Quem fez? – indagou.

O senador se referiu também a matéria da *Folha de S. Paulo* na qual Lula elogia os militares brasileiros, incluindo o general Emílio Garrastazu Médici.

## Heloísa: renda dos pobres é transferida ao setor financeiro

Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou ontem que “não há racionalidade técnica” em se defender a política econômica do atual governo. Para a senadora, se alguém que se intitula de esquerda adota essa prática o faz “ou por inocência e ignorância ou por cinismo, dissimulação e vigarice política”.

– Quem estuda o assunto sabe que essa política econômica desestrutura parques produtivos, destrói postos de trabalho, promove dor, sofrimento e pobreza. Eu entendo que um capitalista neoliberal a defenda, já que ela é uma continuidade da que foi adotada por Fernando Henrique Cardoso, mas não que isso seja feito por quem se diz de esquerda.

Para Heloísa, essa política, ao contrário do que é propagandeado, não distribui renda, pois nunca teria havido no Brasil tão brutal transferência de recursos dos mais pobres, da classe média



Genildo Magalhães

Heloísa afirma que autoridades econômicas sabotam o desenvolvimento

e do setor produtivo para o capital financeiro. Ela definiu as autoridades econômicas como “sabotadores do desenvolvimento”.

A senadora também condenou o “debate eleitoral” travado entre PT e PSDB acerca da segurança pública. Segundo ela, o presidente da República deveria “se ausentar de sua condição de candidato para coordenar um novo pacto que viabilizasse uma ação concreta”.

## Sibá: Brasil está preparado para enfrentar problemas na economia

Em discurso no Plenário, o senador Sibá Machado (PT-AC) elogiou as realizações do governo Lula na área econômica e disse que o país está preparado para enfrentar seja qual for o cenário apresentado pela economia mundial no ano que vem.

– Acredito que as turbulências da economia internacional não haverão de mudar o rumo do nosso país. O Brasil estará pavimentado para se sustentar em qualquer cenário que a economia mundial possa apresentar no ano que vem.

O senador afirmou que o governo está investindo no crescimento do Brasil sem esquecer a distribuição de renda e a melhoria das condições da Previdência Social. Sibá assinalou que o governo Lula está conseguindo conciliar a garantia da democracia, o equilíbrio fiscal e o desenvolvimento sustentável. Ele acrescentou ain-



Roosevelt Pinheiro

Conforme Sibá, controle inflacionário garante poder de compra dos cidadãos

da que o país está diminuindo a dívida externa e se preparando para enfrentar a dívida interna.

– Interessa para o Brasil o crescimento, o desenvolvimento com distribuição de renda e respeito à natureza – destacou Sibá.

Há também no país, lembrou, um eficaz controle inflacionário que garante a proteção do poder de compra dos cidadãos. O senador disse acreditar que a inflação será de no máximo 5% este ano.

## Tuma pede a candidatos que se refiram a policiais com respeito

“É preciso lembrar que, atrás de cada arma e de cada viatura, está alguém que vai nos proteger; o policial tem sido relegado a segundo plano”, afirma senador

Ao fazer uma análise do crime organizado e do perigo que ele representa para a cidadania e o estado democrático de direito, Romeu Tuma (PFL-SP) fez um apelo emocionado aos candidatos à Presidência da República, dirigindo-se, em Plenário, à senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que é candidata, para que se refiram com respeito aos policiais quando falarem sobre segurança pública em suas campanhas eleitorais.

– Os candidatos deveriam procurar maneiras de dar os meios para que os policiais possam trabalhar. É preciso lembrar que, atrás de cada arma e dentro de cada viatura, está alguém que vai nos proteger. O policial tem sido relegado a segundo plano, como se não estivesse disposto a morrer em defesa do cidadão – afirmou.

Em aparte, Heloísa Helena observou que “o mais dolorido” para ela é constatar que o debate em torno da violência e da segurança

pública está centralizado em São Paulo, quando todos sabem que é um problema nacional.

Tuma destacou que organizações criminosas, como o Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, e o Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, estruturaram-se a partir de um erro tático durante o combate ao terrorismo político das décadas de 60 e 70, quando foram colocados lado a lado num mesmo presídio os presos de organizações subversivas e criminosos comuns.

– Com isso, bandidos absorveram ensinamentos sobre táticas de guerrilha urbana e aprenderam a importância da organização. Assim, nasceu a Falange Vermelha, depois rebatizada de Comando Vermelho, que serviu de modelo às demais facções criminosas.

O senador ainda recordou um movimento internacional chamado “nova criminologia”, baseado no ideário marxista-leninista,



Roosevelt Pinheiro

Tuma lembra que problemas na segurança pública afetam todo o país

que incluía a extinção das penas privativas de liberdade de origem “burguesa”.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou, em aparte, que é preciso recuperar os salários dos policiais e resolver o problema habitacional da categoria. Marco Maciel (PFL-PE) disse esperar que as palavras de Tuma sejam ouvidas por aqueles que se esforçam pela melhoria da segurança pública.

## Malta cobra investimento do governo na prevenção às drogas

Magno Malta (PL-ES) cobrou ontem do governo federal a liberação de mais recursos para a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad). O senador conclamou o próximo presidente da República a investir mais na prevenção ao abuso de drogas, tanto as ilegais quanto as legais. Ele informou que trabalha em uma instituição de recuperação de dependentes químicos há 25 anos. Na avaliação dele, os alcoólicos são os que têm maior índice de recaída depois do tratamento.

– O alcoolismo é a grande desgraça para as famílias brasileiras – assinalou o parlamentar.

O álcool, destacou, além de causar acidentes de trânsito, desestabiliza as famílias. Na interpretação do senador, o trabalho de prevenção às drogas traz muito mais resultados do que o processo de reabilitação.

Por isso, opinou Magno Malta, a Senad precisa receber mais investimentos governamentais, seja qual for o próximo presidente eleito. O senador mencionou ainda a Lei 6.368/76, que instituiu o estudo sobre drogas nas escolas brasileiras. Se essa lei estivesse sendo obedecida desde 1976, frisou ele, “duas gerações de pais de famílias” já teriam recebido



Roosevelt Pinheiro

Segundo Magno Malta, “o alcoolismo é a grande desgraça para as famílias”

formação escolar em prevenção às drogas.

Malta aproveitou para registrar ter recebido, da Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG), uma moção de apoio “como prova de confiança e respeito pelos seus serviços à nação brasileira, com dedicação e transparência”.



Baixo nível educacional compromete desenvolvimento do país, afirma Iris

## Para Iris, melhoria da educação deve ser prioridade

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) quer que a educação de qualidade seja colocada como prioridade nacional. Ela disse que a juventude continua em segundo plano para o governo federal e citou o documento lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulado “Brasil: o estado de uma nação”, que aponta o baixo nível educacional da força de trabalho brasileira como um dos fatores limitadores do crescimento econômico.

– É preciso reconhecer que, durante as últimas décadas, existiram avanços no processo educacional, mas não foram suficientes para atender às demandas de uma nação que tem tudo para se transformar em potência e insiste em limitar suas possibilidades, ao se negar a fazer a aposta decisiva na educação – afirmou.

### Limitações

Iris observou que o estudo do Ipea resalta as dificuldades dos trabalhadores brasileiros para realizar tarefas complexas e tomar decisões que exigem análise sofisticada. Ela disse que o coordenador do trabalho, o economista Paulo Tafner, explicou que a qualidade precária do ensino se dá por motivos didáticos, como a falta de treinamento e motivação dos professores. A senadora frisou que os professores merecem um plano de carreira definido e salários diferenciados de acordo com a produção.

– O Ipea qualifica ainda como “lastimável” a educação básica no Brasil, ao compará-la com outros países. Apesar do aumento do número de vagas, os pesquisadores constatam que não há estímulo para a permanência do aluno na escola. Embora o ensino fundamental tenha se universalizado, somente 84% concluem a quarta série e 57% terminam o ensino fundamental – acrescentou.

Em aparte, Marcos Guerra (PSDB-ES) lembrou que, dos 33 milhões de estudantes brasileiros, somente 8% cumprem horário integral com complementação de cursos extra-escola.

Como no ano passado, proposta pode ser elaborada antes da definição legal de parâmetros norteadores, contidos no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), cuja votação pelo Congresso está atrasada por falta de acordo

# Governo deve enviar Orçamento até dia 31

A proposta do Orçamento Geral da União para o próximo ano deve chegar ao Congresso até 31 de agosto, como determina a Constituição. Faltam, portanto, menos de dez dias para o fim do prazo, sem que os parâmetros para a elaboração do projeto estejam legalmente definidos. Por falta de acordo, a votação da proposta que tem essa finalidade – a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007 – encontra-se bloqueada há dois meses.

Por meio da LDO, o governo apresenta estimativas sobre a evolução da economia para o triênio seguinte, incluindo as metas para a inflação. A partir dos dados macroeconômicos, o Executivo antecipa o comportamento da arrecadação e fixa quanto será economizado para pagar a dívida pública. Finalmente, define ações que terão prioridade na elaboração da proposta orçamentária para o ano subsequente.

Nova oportunidade para deli-



Substitutivo de Jucá ao texto da LDO está na pauta do esforço concentrado de setembro

beração sobre a proposta da LDO ocorrerá na primeira semana de setembro, quando está prevista a segunda e última fase de votações concentradas do período pré-eleitoral. Antes, será preciso acordo em torno de dispositivo incluído no texto pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), que permite ao governo liberar verbas para investimentos – desde que já tenham sido iniciados em anos

anteriores – caso o Orçamento permaneça sem aprovação após 31 de dezembro.

### Gastos

Apoiado no dispositivo, o governo poderá gastar em obras e equipamentos e não somente com as chamadas despesas correntes, que incluem desde salários até gastos com o custeio da máquina pública (contas de água e material de consumo, por

exemplo). PSDB e PFL rejeitam o mecanismo, apesar do apoio dado ao relatório de Jucá na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O embate foi transferido para o Plenário, como garante o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

– Se o governo não propuser uma alternativa minimamente decente, não teremos como apreciar a LDO. Esse mecanismo representa um avanço inadmissível sobre a prerrogativa do Legislativo de autorizar despesas. Nesse caso, é melhor fechar o Congresso Nacional de uma vez – critica.

O vice-líder do PT no Senado, Sibá Machado (PT-AC), acredita no entendimento entre os parlamentares para assegurar a votação da LDO em setembro e alerta para o desgaste diante de novo “atropelamento” do processo orçamentário no Congresso, o que, avalia, não interessa a nenhum partido.

## Atraso na votação prejudica ciclo orçamentário

Pelo calendário constitucional, a proposta anual da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve ser apreciada até 31 de julho. Quando o prazo é ultrapassado, o Congresso fica impedido de entrar em recesso no período. Por isso, tanto o Senado quanto a Câmara mantiveram na atual fase as sessões não-deliberativas e programaram votações em esforço concentrado.

No ano passado, a votação da LDO também atrasou, embaralhando prazos do ciclo orçamentário. Aprovada em 24 de agosto, a matéria ficou por quase um mês em exame no Executivo antes da sanção presidencial. Com vetos, foi publicada em 21 de setembro. Desde o final de agosto, no entanto, a proposta do Orçamento Geral da União já se encontrava no Congresso. Ou seja, sem que os parâmetros que deveriam orientar sua elaboração estivessem definidos.

## Debate pela transparência no rito de tramitação

Autor de projeto de resolução que altera a forma de tramitação do Orçamento no Congresso, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) pretende que seu projeto seja apreciado antes da LDO. Do contrário, afirma, pedirá verificação de presença na sessão – mínimo de 257 deputados e 41 senadores. A estratégia pode obstruir a votação por tempo imprevisto, diante da dificuldade de se reunir, em um único momento, tal número de parlamentares das duas Casas.

A posição do deputado reflete preocupação que se intensifica no Congresso sobre a necessidade de tornar o processo de apreciação da proposta mais transparente, sem brechas para desvios de recursos públicos.

O que falta agora é convergência em torno de um novo modelo de apreciação. Depois da Operação Sanguessuga, seguida da instalação de CPI para apurar o envolvimento de parlamentares no desvio de recursos de emendas orçamentárias para a compra de ambulâncias a preços superfaturados, os presidentes do Senado e da Câmara, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, criaram

uma comissão para tentar um acordo sobre o projeto de resolução de Ricardo Barros.

Formada por três senadores e três deputados, a comissão apresentou uma proposta alternativa, em meados de maio. Uma semana depois, o projeto substitutivo entrou na ordem do dia, mas o exame foi adiado diante da resistência esboçada por parlamentares de vários partidos.

Na ocasião, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), admitiu que as críticas recaíam sobre dispositivo que determinava redução no número de integrantes da CMO, de 84 para 40 (30 deputados e dez senadores), que visava garantir quórum nas votações.

A comissão recomendou ainda medidas que reduzem o poder do relator-geral do Orçamento. Ele deixaria de influir nas discussões sobre reestimativas às receitas previstas na proposta do governo, pois a função seria delegada a um relator que teria exclusivamente essa finalidade.

O relator-geral também não poderia dispor, a seu livre critério, das receitas derivadas de reestimativa. Só teria poder para



Deputado Ricardo Barros assina projeto que muda forma de exame do Orçamento

definir a destinação sobre 20% desses recursos, pois a maior parcela seria distribuída entre emendas de bancadas (25%) e os dez relatores setoriais (55%).

O substitutivo incorporou muitos pontos do projeto de Barros, inclusive medida que impede emendas de bancadas com redação genérica.

Depois de chegar perto de decisão em Plenário, o texto passa agora a enfrentar riscos de ser vencido pelo avanço da proposta do orçamento impositivo (PEC 22/00), em que está prevista a extinção da CMO. Aprovada no Senado, a proposta, do senador Antonio Carlos Magalhães, começa a tramitar na Câmara.

## Bancada do Amazonas fará pressão por exclusividade de incentivo fiscal

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), voltou a anunciar que a bancada do Amazonas não votará nenhuma matéria enquanto o governo não garantir que os incentivos fiscais que vão reger a produção de aparelhos de TV digital e a fabricação dos conversores de televisores analógicos em digitais no país fiquem restritos ao Amazonas. Ele comunicou que procurará o ministro das Comunicações, Hélio Costa, para tratar do assunto.

Para Virgílio, estender os incentivos às demais regiões do país traria consequências desastrosas à atividade econômica do Pólo Industrial de Manaus, onde – de acordo com o senador – a produção de televisores responde por metade dos empregos gerados.

– A Lei de Informática diz que incentivos para a produção de televisores no Brasil, assim como de suas evoluções tecnológicas, têm de ser os mesmos que regem a Zona Franca de Manaus. Assim, não dá para admitir que a televisão do futuro fique nas mãos de outros estados e que reste ao Amazonas o sistema antigo, analógico. Seria condenar à morte o



Para Virgílio, produção fora de Manaus será um golpe contra a indústria do Amazonas

modelo vitorioso do nosso parque industrial – observou.

Segundo o senador, integrantes do governo têm dado declarações que sugerem que os televisores digitais e conversores serão produzidos em qualquer lugar, com incentivos.

– Não teremos condições de competir. A filosofia que criou a Zona Franca de Manaus, que é dar condições excepcionais de desenvolvimento a um estado estratégico, um projeto ligado à segurança nacional e a um resultado ecológico brilhante, tudo isso cairá por terra – disse ele.

## Heráclito quer informações sobre endividamento da Transpetro

Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentou à Mesa requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, no qual pede detalhes do endividamento e da capacidade de tomar novos empréstimos por parte da Petrobras Transportes S/A (Transpetro). O senador observa que os dados são necessários para que se possa examinar uma solicitação do governo para aumentar o limite de endividamento da empresa em mais R\$ 5,6 bilhões, em tramitação no Senado.

Segundo o pedido (Mensagem 204/06), o objetivo é que a Transpetro possa contratar operação de crédito com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), por meio de seus agentes financeiros, “a fim de que possa ser implementado o programa estratégico da empresa, destinado à renovação e expansão de sua frota de navios”. Heráclito disse que as informações contidas na mensagem do governo “não permitem um completo entendimento”. Ele quer números sobre os atuais limites de dívida, os impactos financeiros da ampliação do limite e sobre a real capacidade financeira da Transpetro.

Heráclito condenou a participação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, em vídeo da

campanha eleitoral do candidato petista ao governo de São Paulo, Aloizio Mercadante, após ter se reunido com as autoridades paulistas para tratar dos problemas relativos à segurança pública.

– Num dia, ele fala como ministro sobre os problemas de São Paulo. No dia seguinte, fala como militante partidário no horário eleitoral com as mesmas informações e confunde a população. É o começo do caos – afirmou.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) declarou que não viu qualquer problema ético na conduta de Thomaz Bastos.

O senador ainda criticou a comparação feita pelo presidente Lula entre investigações da Polícia Federal com a Operação Mãos Limpas feita na Itália. Ele destacou que “os índices de corrupção no Brasil, no governo Lula, cresceram mais que os da economia”.

– Na Itália, houve perseguição aos bandidos, prisões e mortes. Aqui só teve convivência, silêncio, esquecimento e perdão – frisou.

Para Heráclito, o governo está tentando instrumentalizar a Polícia Federal. O senador ressaltou que a PF pertence ao Estado e não a um governo transitório e recebeu o apoio de Romeu Tuma (PFL-SP).

Projeto de Saturnino que está na pauta da CAE concede incentivo a produtos destinados a promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com necessidades especiais

## Proposta isenta de impostos aparelhos para deficientes

Está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para votação o projeto de lei do Senado que concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a portadores de necessidades especiais.

O projeto (PLS 206/02) é de autoria de Roberto Saturnino (PT-RJ) e conta com parecer favorável do relator, César Borges (PFL-BA), que apresentou quatro emendas.

A matéria, que terá decisão terminativa na CAE, já foi examinada pela comissão e teve sua votação adiada em consequência de pedido de vista.

De acordo com a proposição, fica assegurada a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos.

No prazo de 180 dias contados



César Borges é o relator da proposição, à qual apresentou quatro emendas

da publicação da lei, o Poder Executivo relacionará os produtos isentos, e estabelecerá os critérios para que outros produtos sejam incluídos na relação.

Para aperfeiçoar o projeto, o relator ofereceu emendas com vistas a ampliar a isenção às pessoas portadoras de necessidades especiais de maneira geral. O projeto original concedia a isenção somente para portadores de deficiência visual. Outra emenda do relator espe-



Saturnino alega que a renúncia fiscal decorrente da isenção será irrisória

cifica que a isenção do Imposto sobre Importação não se aplica ao produto que tenha similar nacional e que produza o mesmo efeito ou resultado.

Na justificativa para a apresentação do projeto, Saturnino afirma que a renúncia fiscal decorrente da isenção será irrisória, principalmente quando comparada ao volume total de receitas tributárias que, hoje, alcança mais de 35% do produto interno bruto (PIB) nacional.

## Literatura de cordel poderá ser beneficiada pela Lei Rouanet

O senador Efraim Morais (PFL-PB) quer alterar a Lei Rouanet (Lei 8.313/91), de incentivo à produção cultural, para incluir a literatura de cordel entre as atividades beneficiadas com a dedução integral do Imposto de Renda devido sobre quantias destinadas a doações e patrocínios.

O projeto (PLS 232/06) aguarda decisão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em que o relator é Leonel Pavan (PSDB-SC), e de onde seguirá para ser votado, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação.

Na justificativa, Efraim alega que a literatura de cordel é uma das mais significativas formas de expressão da cultura brasileira.

Ele disse que essa manifestação cultural remonta à antiguidade clássica, foi posteriormente introduzida na Península Ibérica e, trazida para o Brasil, fincou raízes particularmente no Nordeste,

passando a identificar-se com a região.

– Objeto de análise de importantes estudiosos da cultura e da literatura, daqui e do estrangeiro, essa espécie de poesia popular impressa passou a ser valorizada entre nós por volta de 1950, quando o valor que ela sempre ostentou passou a ser reconhecido em todo o país – destacou.

Na avaliação do senador, contudo, o mercado para a literatura de cordel tem sofrido expressiva redução em razão das dificuldades encontradas pelos autores para sua publicação.

“Por um lado, os conhecidos obstáculos a edições impressas, de qualquer natureza, em nosso país. Por outro, o fato de os cordelistas serem, geralmente, pessoas simples, de reduzido poder aquisitivo”, explica. O autor afirmou que o objetivo do projeto é reverter essa situação.



Autor da proposta, Efraim quer atrair o interesse de patrocinadores para a poesia

Em defesa da iniciativa, Efraim argumenta que, ao contemplar a literatura brasileira e a cultura popular, a Lei Rouanet já inclui implicitamente a poesia de cordel entre seus beneficiários.

Com a proposta, ele quer explicitar isso – já que a lista de atividades culturais contempladas para dedução no Imposto de Renda não inclui esse tipo de literatura –, atrair o interesse de patrocinadores e beneméritos do setor cultural, e fomentar essa manifestação cultural.

Proposta que provoca polêmica entre profissionais da saúde será discutida hoje, a partir das 9h30, em audiência pública promovida pela CAS no auditório do Interlegis

## Especialistas voltam a debater regulamentação do ato médico

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) volta a debater hoje, a partir das 9h30, o projeto de lei que regulamenta o ato médico e o exercício da profissão de medicina, em audiência pública no auditório do Interlegis. A reunião será transmitida por videoconferência e poderá ser acompanhada nas assembleias legislativas dos 26 estados e na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

De autoria do então senador Geraldo Althoff, o PLS 25/02 prevê a definição de diversas atividades que se incluem na área médica, determinando as atribuições exclusivas dos médicos e os limites de atuação de outras categorias, como os enfermeiros, fisioterapeutas e farmacêuticos. A proposta é polêmica e tem provocado discussões entre a classe médica e outros profissionais

de saúde, como nutricionistas e psicólogos.

O projeto já foi discutido em diversas audiências públicas promovidas pelas comissões permanentes. A relatora na CAS, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), vem ouvindo vários setores da área de saúde a fim de colher subsídios para a apresentação de substitutivo.

A audiência pública deverá contar com a participação do presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), José Luiz Gomes do Amaral; do representante brasileiro da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Horácio Toro Ocampo; e da presidente da União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas), Marília Barbosa.

A última audiência foi realizada em junho e contou com a presença da diretora do Departamento de Gestão do Trabalho e da Regulação da Saúde do Ministério da Saúde, Maria Helena Machado, que se posicionou a favor da aprovação do projeto. O secretário de Saúde do Ceará, Jurandi Frutuoso, que preside o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), considerou o assunto polêmico, mas defendeu a regulamentação.

A representante do Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), Rosane Maria Nascimento, manifestou-se contra a aprovação. O presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), Édson Oliveira Andrade, disse que a população deve tomar conhecimento das atribuições de cada profissional de saúde.

Pedro Alves/Soude



Se aprovada proposta, grande parte dos procedimentos na área de saúde poderá ser atribuição exclusiva dos profissionais de medicina

## Projeto define atribuições privativas da categoria

O projeto do então senador Geraldo Althoff define como ato médico todo procedimento técnico-profissional praticado por médico habilitado que seja dirigido para atividades de prevenção primária (visa evitar a ocorrência de enfermidades), prevenção secundária (impede a evolução das enfermidades) e prevenção terciária de saúde (cuida da invalidez ou reabilitação).

Conforme a proposição, são atos privativos do médico as ações de prevenção que envolvam procedimentos de diagnóstico de enfermidades ou impli-

quem indicação terapêutica. A atribuição para definir a extensão e a natureza desses procedimentos seria exercida pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), que também poderia estipular o campo de atuação de cada um dos profissionais, quando necessário.

A proposta confere ao CFM a tarefa de definir, por resolução normativa, os procedimentos médicos experimentais, os admitidos e os vedados para utilização por esses profissionais. A iniciativa estabelece ainda que as atividades de coordenação, direção, chefia, perícia, audito-

ria, supervisão e ensino de procedimentos médicos privativos estão incluídas entre os atos que devem ser exercidos unicamente por graduados em medicina.

O texto de Althoff, que também é médico, não se aplica ao exercício da odontologia, da medicina veterinária e de outras profissões de saúde regulamentadas por lei, ressalvados os limites de atuação de cada um dos profissionais ligados a essas atividades.

As infrações aos dispositivos do projeto passariam a configurar exercício ilegal da medicina, nos termos do Código Penal.

## Maciel defende aposentadoria mais cedo para as vítimas da talidomida

Portadores da deficiência física conhecida como síndrome da talidomida poderão aposentar-se após 20 anos de contribuição à Previdência Social, independentemente da idade. Projeto de lei complementar com essa finalidade, de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE), recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e está pronto para ser discutido e votado em Plenário. Se aprovada pelo Senado, a proposta será remetida a exame da Câmara dos Deputados.

Segundo a proposição (PLS 19/06), para beneficiar-se de critérios diferenciados de aposentadoria voluntária, o portador da síndrome da talidomida deverá ser inscrito no Regime Geral da Previdência Social e ter contribuído por, no mínimo, 20 anos. O projeto aprovado na CAS prevê que dotações próprias do Orçamento da Seguridade Social deverão cobrir as despesas oriundas da concessão da aposentadoria às vítimas daquele medicamento.

### Anomalias

A substância foi desenvolvida em 1954, na Alemanha, para ser utilizada como sedativo, de acordo com informações da



Roosevelt Fritheiro

Iniciativa de Maciel está pronta para ser votada pelo Plenário

Associação Brasileira de Portadores da Síndrome da Talidomia (ABPST). O medicamento, no entanto, acabou sendo utilizado no fim da década de 50 e no início da década de 60 por mulheres grávidas, em todo o mundo, com o objetivo de combater o enjôo. Em 1961, foi descoberto que o remédio causa focomelia – aproximação ou encurtamento de braços ou de pernas junto ao tronco.

Constatou-se também que a substância, quando utilizada durante a gravidez, pode provocar defeitos visuais, auditivos, da coluna vertebral e, em casos mais raros, deformidades no tubo digestivo e problemas cardíacos.

## Roseana quer evitar demissão arbitrária de portador de Aids

Outra matéria que recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais e foi encaminhada ao Plenário é o projeto de lei complementar de autoria da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que assegura manutenção do emprego aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). A proposição beneficia ainda os portadores de doenças causadas pelo vírus HCV – carcinoma hepatocelular, cirrose e hepatopatia grave – até a concessão definitiva de benefício previdenciário.

O projeto (PLS 145/06) determina que os empregados acometidos de doença grave e contagiosa, especificada em lista elaborada pelos ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, e da Previdência Social, não poderão ser demitidos sem justa causa enquanto não receberem benefício previdenciário definitivo, o que autorizará a rescisão do contrato de trabalho.

### Remédios

Também está pronto para ser votado em Plenário o projeto que



Célio Azevedo

Portadores de outras doenças também são beneficiados no projeto de Roseana

permite a venda, em supermercados e estabelecimentos similares, de medicamentos que não necessitem de receita médica. A proposta (PLS 146/06), apresentada e aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), já conta com parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais. Pela proposição, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deve divulgar tabela com os remédios cuja aquisição dispense prescrição médica.